

## SUMÁRIO

NOTA À 10 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
NOTA À 9 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	8
NOTA À 8 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	8
NOTA À 7 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	8
NOTA À 6 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	9
NOTA À 5 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	9
NOTA À 4 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	10
NOTA À 3 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	10
NOTA À 2 <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	10
<b>APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)</b>	
– PROF. FREDERICK SCHAUER .....	11
<b>PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)</b>	
– PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS .....	13
<b>PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU</b> .....	17
<b>1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	23
<b>2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS</b>	
<b>2.1 Distinções preliminares</b> .....	30
2.1.1 <i>Texto e norma</i> .....	30
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i> .....	31
<b>2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras</b>	35
<b>2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras</b>	
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1 <i>Conteúdo</i> .....	40
2.3.1.2 <i>Análise crítica</i> .....	40
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1 <i>Conteúdo</i> .....	44
2.3.2.2 <i>Análise crítica</i> .....	44

2.3.3	<i>Critério do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1	Conteúdo .....	51
2.3.3.2	Análise crítica .....	52
<b>2.4</b>	<b><i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i></b>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante .....	64
2.4.1.2	Dissociação abstrata .....	65
2.4.1.3	Dissociação heurística .....	68
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas .....	68
2.4.2	<i>Critérios de dissociação</i>	
2.4.2.1	Critério da natureza do comportamento prescrito	71
2.4.2.2	Critério da natureza da justificação exigida .....	73
2.4.2.3	Critério da medida de contribuição para a decisão	76
2.4.2.4	Quadro esquemático .....	78
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i> .....	78
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i> .....	84
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i> .....	87
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i> .....	91
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização .....	92
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização .....	92
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central .....	93
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização .....	93
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise .....	94
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i> .....	94
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	

2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i> .....	97
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i> .....	97
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	98
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i> .....	99
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	<i>Eficácia seletiva</i> .....	100
2.4.8.2.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i> .....	101
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i> .....	101
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	102
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i> .....	102
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i> .....	102
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i> .....	103
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i> .....	108
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i> .....	108
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i> .....	109
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i> ...	112
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i> .....	114
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i> .....	115
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i> .....	119
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i> .....	120
3.	<b><i>NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS</i></b>	
3.1	<b><i>Introdução</i></b> .....	123
3.2	<b><i>Postulados hermenêuticos</i></b>	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i> .....	125
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	<i>Da hierarquia à coerência</i> .....	126
3.2.2.2	<i>Coerência substancial</i>	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i> .....	132
3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i> .....	134
3.3	<b><i>Postulados normativos aplicativos</i></b> .....	135
3.4	<b><i>Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</i></b> .....	139
3.4.1	<i>Conseqüências</i> .....	140
3.5	<b><i>Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</i></b> .....	141

3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i> .....	141
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i> .....	142
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i> .....	142
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i> .....	143
<b>3.6</b>	<b><i>Espécies de postulados</i></b>	
3.6.1	<i>Considerações gerais</i> .....	144
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
3.6.2.1	<i>Ponderação</i> .....	145
3.6.2.2	<i>Concordância prática</i> .....	147
3.6.2.3	<i>Proibição de excesso</i> .....	147
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
3.6.3.1	<i>Igualdade</i> .....	152
3.6.3.2	<i>Razoabilidade</i>	
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i> .....	153
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	
3.6.3.2.2.1	<i>Razoabilidade como equidade</i> .....	154
3.6.3.2.2.2	<i>Razoabilidade como congruência</i> ....	157
3.6.3.2.2.3	<i>Razoabilidade como equivalência</i> ...	160
3.6.3.2.2.4	<i>Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade</i> .....	161
3.6.3.3	<i>Proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i> .....	163
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	<i>Relação entre meio e fim</i> .....	164
3.6.3.3.2.2	<i>Fins internos e fins externos</i> .....	165
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	<i>Adequação</i> .....	167
3.6.3.3.3.2	<i>Necessidade</i> .....	172
3.6.3.3.3.3	<i>Proporcionalidade em sentido estrito</i>	175
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i> .....	176
<b>3.7</b>	<b><i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i></b> .....	<b>178</b>
<b>4.</b>	<b><i>CONCLUSÕES</i></b> .....	<b>183</b>
	<b><i>BIBLIOGRAFIA</i></b> .....	<b>187</b>